

Visão do Direito



Eduardo Reuter

Presidente do Instituto de Formação de Líderes de Belo Horizonte

Escala 6x1: os impactos para empresas e trabalhadores

Toda vez que uma nova proposta trabalhista surge no Brasil, o discurso é o mesmo: proteger o trabalhador. No debate sobre o fim da escala 6x1, a lógica se repete. A discussão gira em torno de dignidade, qualidade de vida e direitos.

Tudo isso importa. Mas, talvez, exista uma pergunta anterior a essa discussão: Por que, mesmo depois de décadas de leis trabalhistas cada vez mais rígidas, tantos brasileiros continuam fugindo da formalidade? E por que, mesmo cercado de regras criadas supostamente para protegê-lo, o trabalhador brasileiro ainda sente que sua vida não melhora na mesma velocidade das promessas?

Nos últimos anos, milhões de pessoas escolheram trabalhar em plataformas como Uber, iFood e aplicativos semelhantes. Não porque esses modelos sejam perfeitos, mas porque oferecem algo que boa parte do mercado tradicional deixou de oferecer: autonomia.

Quem conversa com motoristas e entregadores escuta frequentemente as mesmas frases: “Na diária eu ganho mais.” “Tenho liberdade.” “Se eu quiser ganhar mais, eu trabalho mais.”

Existe uma relação direta entre esforço, disponibilidade e renda. E isso mudou a forma

como muita gente enxerga trabalho. A reação política veio rápido. Logo começaram as propostas de regulamentação, taxas, contribuições e novas obrigações. Sempre acompanhadas da mesma justificativa: proteger o trabalhador.

Mas há uma contradição difícil de ignorar, ou seja, se esses modelos eram tão ruins, por que milhões de pessoas entraram neles voluntariamente? E por que tantas continuam preferindo permanecer ali, mesmo conhecendo os riscos e a ausência de garantias tradicionais?

Talvez, porque a discussão real não seja apenas sobre segurança, seja também sobre liberdade. Liberdade de escolher quanto trabalhar. Liberdade de negociar diretamente quanto receber. Liberdade de organizar a própria rotina, os próprios horários e até os próprios riscos.

Na prática, é isso que milhões de trabalhadores informais já fazem todos os dias. Os motoristas de aplicativo escolhem quando ligar o aplicativo. Entregadores decidem quantas horas querem trabalhar. Muitos profissionais passaram a combinar múltiplas fontes de renda ao invés de depender de um único vínculo rígido. Talvez, esse movimento esteja mostrando uma mudança mais profunda: parte dos trabalhadores não quer apenas proteção.

Quer também autonomia. O que se observa, é que existe uma mudança silenciosa acontecendo. Muitos jovens já não associam proteção à liberdade de crescer. Eles querem autonomia, mobilidade e possibilidade de construir a própria trajetória.

Enquanto o mercado caminha para relações mais flexíveis, personalizadas e negociáveis, boa parte da discussão política ainda parte da ideia de que existe um modelo ideal de trabalho que precisa ser definido de cima para baixo.

O problema é que quase nunca se discute os interesses políticos e os efeitos colaterais dessas decisões. Mais custo para contratar gera menos contratação. Mais rigidez para demitir gera mais medo de contratar. Mais burocracia reduz oportunidades, principalmente para quem está começando.

O caso do piso nacional da enfermagem, por exemplo, mostrou isso de forma clara. A proposta surgiu com forte apoio popular e intenção legítima. Na prática, muitas instituições responderam reduzindo contratações, ajustando escalas e aumentando pressão operacional para absorver os custos.

Recentemente, motoristas de aplicativo também foram ao Congresso defender

justamente o oposto do que muitos políticos diziam defender por eles. O recado era simples: não queriam perder autonomia em troca de mais descontos, contribuições e promessas futuras nas quais muitos já não acreditam mais.

O mercado reage à realidade econômica, independentemente do discurso político. Enquanto isso, cresce o número de brasileiros buscando renda justamente nos espaços menos controlados pela estrutura tradicional. Não porque odeiem direitos, mas porque procuram mobilidade, flexibilidade e possibilidade de crescer mais rápido.

Talvez, exista um ponto que raramente aparece no debate público: e se parte das medidas criadas para “proteger” o trabalhador estiver, aos poucos, tornando o trabalho formal menos atrativo, menos acessível e mais difícil de existir? Porque no fim, talvez a discussão não seja apenas sobre direitos trabalhistas. Talvez seja sobre uma pergunta muito maior: o trabalhador brasileiro é incapaz de decidir o que é melhor para a própria vida?

Existe uma mudança silenciosa acontecendo e muitos trabalhadores já enxergam, em parte desse discurso de proteção, uma lógica de controle. Eles querem autonomia, mobilidade e possibilidade de crescimento mais rápido.

Visão do Direito



Letícia Bergamasco

Especialista em contratos do Almeida Prado e Hoffmann Advogados

Prédio em bairro vip da capital paulista expõe falhas contratuais e insegurança jurídica no mercado imobiliário

A disputa judicial envolvendo um prédio localizado na esquina das ruas Oscar Freire e Peixoto Gomide, nos Jardins, zona oeste de São Paulo, tornou-se um símbolo das fragilidades jurídicas e contratuais que ainda marcam o mercado imobiliário brasileiro. Com risco de desabamento apontado pela Defesa Civil, infiltrações, fiação exposta e ausência de itens básicos de segurança, o imóvel é alvo de um litígio que se arrasta há quase 20 anos entre construtora e proprietários remanescentes.

O caso, que recentemente motivou decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo determinando a reintegração de posse do edifício, evidencia como falhas na estruturação contratual podem transformar empreendimentos urbanos em disputas intermináveis, com impactos patrimoniais, sociais e urbanos.

Não se trata de um episódio isolado. Litígios dessa natureza, especialmente em áreas

valorizadas, costumam nascer de contratos mal estruturados, com cláusulas genéricas, ausência de definição objetiva de responsabilidades e falhas na previsão de mecanismos capazes de resolver divergências técnicas antes que elas se transformem em disputas intermináveis.

Em muitos casos, a origem do problema está, justamente, na insuficiência da engenharia contratual. É comum que contratos não estabeleçam de forma clara quem responde por vícios construtivos progressivos, quais são os limites das garantias ou quais procedimentos devem ser adotados diante da deterioração da estrutura ao longo do tempo. Quando surgem danos mais graves, a consequência costuma ser previsível: judicialização prolongada, perícias sucessivas e insegurança para todas as partes envolvidas.

A responsabilidade jurídica, nesses cenários, raramente é simples ou unilateral. A construtora pode responder por falhas originárias

da obra, especialmente quando há comprometimento da segurança e da solidez da edificação. Por outro lado, proprietários e ocupantes também possuem deveres de conservação e manutenção. A omissão diante de sinais de deterioração pode agravar danos e até influenciar eventual direito à indenização.

Na prática, perícias técnicas frequentemente concluem pela coexistência de múltiplas causas para o comprometimento do imóvel. Isso leva à distribuição proporcional de responsabilidades e aumenta ainda mais a complexidade processual. Some-se a isso a lentidão natural das ações que envolvem questões técnicas sofisticadas, e o resultado é um cenário de enorme insegurança jurídica.

No Tribunal de Justiça de São Paulo, disputas imobiliárias estão entre as mais recorrentes. Processos envolvendo defeitos construtivos podem consumir anos apenas na primeira instância. Quando há recursos, novas perícias e incidentes processuais, não é

raro que o litígio ultrapasse cinco, oito ou até mais anos — tempo suficiente para que o próprio imóvel se deteriore de forma irreversível.

O caso dos Jardins mostra que o setor precisa avançar na prevenção. Contratos mais técnicos, memoriais descritivos detalhados, definição objetiva de responsabilidades e regimes de garantia compatíveis com a natureza dos vícios são medidas essenciais para reduzir conflitos futuros.

Também é necessário ampliar o uso de mecanismos especializados de solução de disputas, como mediação técnica e arbitragem. Cláusulas escalonadas de negociação podem evitar que divergências estruturais permaneçam anos paralisadas no Judiciário enquanto o patrimônio se deteriora e os impactos sociais se agravam. Sem uma evolução na cultura contratual do setor imobiliário, casos como esse continuarão se repetindo: conflitos longos, imóveis degradados e um custo urbano e social que vai muito além das partes envolvidas.